

APROVADO

13.02.25



PROJETO DE INDICAÇÃO N. 26/2025

Senhor Presidente,

O Vereador abaixo assinado, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Regimento Interno desta egrégia Casa Legislativa solicita a Vossa Excelência que, após deliberação do soberano Plenário, Indique ao Senhor Prefeito de Pacajus-Ceará que **A REALIZAR CAMPANHA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS, CONCEDENDO ANISTIA DE MULTA, JUROS E PARCELAMENTO DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.** Projeto este com a seguinte redação e suas adequações a legislação pertinente:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder anistia de multas, juros de mora e parcelamento, objetivando o recolhimento dos créditos de natureza tributária e não tributária inscritos em dívida ativa municipal aos contribuintes que aderirem à campanha de Recuperação Fiscal - REFIS.

Art. 2º A anistia será concedida às multas e juros de mora, sendo obrigatória a atualização monetária do valor principal de acordo com o Código Tributário Municipal.

Art. 3º A concessão prevista no artigo anterior disponibilizará os seguintes benefícios fiscais:

I - 100% (cem por cento) de anistia sobre a multa e os juros de mora e mais 20% (vinte por cento) do valor principal, para pagamento em cota única;

II - 80% (oitenta por cento) de anistia sobre a multa e os juros de mora, para pagamento em até 03 (três) parcelas mensais consecutivas;

III - 60% (sessenta por cento) de anistia sobre a multa e os juros de mora para pagamento em até 06 (seis) parcelas mensais consecutivas;

IV - 40% (quarenta por cento) de anistia sobre a multa e os juros de mora para pagamento em até 09 (nove) parcelas mensais consecutivas;

V - 20% (vinte por cento) de anistia sobre a multa e os juros de mora para pagamento em até 12 (doze) parcelas mensais consecutivas.

VI – Para pagamentos acima de 12 (doze) parcelas mensais consecutivas, não será concedido desconto sobre multas e juros de mora.

§ 1º As parcelas a que se referem os incisos deste artigo não poderão ser inferiores a 2,0 (duas) UPFM, conforme Código Tributário Municipal.

§ 2º Para concessão do parcelamento, é obrigatório o cumprimento dos procedimentos a seguir:

I - o parcelamento será concedido mediante requerimento formal do interessado, o que implicará no reconhecimento da dívida e assinatura do Termo de Parcelamento;

II - a primeira parcela deverá ser recolhida no ato da assinatura do Termo de Parcelamento;

III - o atraso de 3 (três) parcelas consecutivas implicará no cancelamento automático do Termo de Parcelamento, importando no vencimento antecipado das parcelas restantes e na imediata cobrança do crédito, ficando proibida sua renovação ou novo parcelamento para o mesmo débito, além de sujeitar o contribuinte a medidas judiciais e extrajudiciais vigentes.

§ 3º Os débitos parcelados que não forem pagos na data dos respectivos vencimentos, desde que não contrariem o disposto no parágrafo anterior, serão acrescidos de atualização monetária, multas e juros de mora conforme o Código Tributário Municipal.

Art. 4º Para usufruir dos benefícios fiscais previstos, os contribuintes deverão protocolar o requerimento na Secretaria Municipal de Finanças - Setor de Tributos.

Art. 5º Fica o Executivo Municipal autorizado a:

I - divulgar a campanha de recuperação fiscal por qualquer meio de comunicação que garanta o alcance de toda a comunidade;

II - notificar pessoalmente os contribuintes em débito, e, em caso de recusa ou não localização, utilizar os demais meios previstos no Código Tributário Municipal.

Art. 6º O Executivo Municipal, com o objetivo de promover a eficiência no recebimento de créditos fiscais, poderá firmar, em caráter permanente, termo de cooperação técnica com outros órgãos públicos.

Art. 7º O Executivo Municipal regulamentará, por meio de Decreto, as normas necessárias para a execução.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto tem como objetivo permitir ao Município a realização de uma Campanha de Recuperação Fiscal - REFIS, visando à regularização dos créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa, através da concessão de anistia de multas e juros, bem como a possibilidade de parcelamento dos débitos.

Trata-se de uma medida de extrema importância para o fomento à arrecadação municipal, ao mesmo tempo em que oferece aos contribuintes inadimplentes a oportunidade de regularizar sua situação fiscal de forma facilitada.

O REFIS é uma ferramenta já consagrada na administração pública, permitindo que os Municípios recuperem parte significativa de suas receitas sem a necessidade de processos judiciais onerosos e demorados. A concessão de descontos sobre multas e juros tem se mostrado eficaz para incentivar o pagamento de dívidas por parte dos contribuintes, ao passo que o parcelamento oferece flexibilidade financeira para aqueles que possuem maiores dificuldades de quitação imediata.

A anistia, por sua vez, é condicionada à regularização dos débitos, garantindo, assim, que a arrecadação ocorra de forma célere e eficaz. A proposta contempla ainda a previsão de cancelamento do parcelamento em caso de inadimplência reiterada, de modo a preservar o interesse público e a responsabilidade fiscal do Município.

Por essas razões, solicito aos nobres Edis a aprovação do presente Projeto, certo de que contribuirá para o equilíbrio financeiro do Município e beneficiará tanto a administração pública quanto os contribuintes.

Portanto eis as razões deste pedido se tornar imperioso.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Pacajus em 10 de Fevereiro de 2025.

FRANCISCO EUDES DE FREITAS CORREIA

FRANCISCO EUDES DE FREITAS CORREIA

VEREADOR – PT